

A Evasão do Terceiro Grau em Curitiba

Alberto Sánchez Paredes

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior
Universidade de São Paulo

DOCUMENTO
DE TRABALHO
06/94

NUPES

Núcleo de Pesquisas
sobre Ensino Superior

Universidade de São Paulo

A evasão do terceiro grau em Curitiba

Alberto Sánchez Paredes

NUPES
PUC-PR

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da
Universidade de São Paulo

I. Introdução

O presente trabalho é um resumo da pesquisa que realizamos para obtenção do nível de Mestrado no Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no período de tempo transcorrido entre agosto de 1990 e novembro de 1993.

Como pode ser deduzido do próprio título, trata-se de um estudo do fenômeno da evasão do ensino superior, efetuado na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Tendo caracterizado a evasão do terceiro grau como um fenômeno social e tema de interesse para a abordagem antropológica, além de efetuarmos o levantamento numérico necessário ao dimensionamento do problema, realizamos entrevistas com pessoas diretamente envolvidas com o processo de desistência dos cursos superiores tanto do lado dos dirigentes das instituições de ensino pesquisadas, como dos próprios alunos desistentes.

A riqueza de informações contida nos depoimentos obtidos não poderá ser reproduzida nos limites deste trabalho o qual, por tal razão, ficará restringido à frieza dos resultados sintéticos referentes ao levantamento feito com alunos que abandonaram os cursos que estavam realizando. A visão que obtivemos do fenômeno em estudo formou-se, entretanto, a partir de todas as impressões e informações colhidas durante as entrevistas que, embora não sendo reproduzíveis, transparecerão nas opiniões que emitiremos no transcorrer das próximas páginas. Esperamos que a perda provocada por tal tipo de redução seja sobejamente compensada pela facilidade de acesso aos principais resultados obtidos com nossa investigação.

1. Delimitação da pesquisa

Embora tenha sido realizada na cidade de Curitiba, não foi possível abranger, dentro do âmbito da pesquisa, todas as instituições de ensino superior existentes no município. Assim sendo, o primeiro recorte efetuado foi o de limitar a investigação às duas únicas universidades existentes e que, por serem as mais tradicionais e oferecerem uma ampla variedade de cursos, poderiam representar, adequadamente, o fenômeno em estudo. Além disso, o fato de uma delas ser pública e federal (UFPR) e a outra privada e católica (PUC-PR) estabelecia, de saída, a complementaridade dos dois tipos de dependência administrativas e suas possíveis peculiaridades.

O segundo recorte escolhido foi o temporal. Para podermos obter valores médios significativos sobre o rendimento dos cursos de cada instituição pareceu-nos adequado o período de dez anos. Para períodos superiores, as transformações sofridas pelos cursos, em termos de oferta de vagas e de criação de novas opções, pareceu-nos aportar mais distorções do que benefícios. Por outro lado, um período inferior poderia não ser suficiente para que os valores médios absorvessem as flutuações das graduações, devido a greves prolongadas de professores e outros problemas específicos a determinado exercício. Assim sendo, escolhemos o período de dez anos mais próximos possível e do qual já existissem dados publicados, isto é, de 1980 a 1989.

Para as entrevistas dos alunos evadidos da UFPR, optamos por localizar os alunos que foram considerados como desligados da universidade em 1985 e que efetuaram a matrícula a partir de 1980. Para a PUC-PR, não existiam dados disponíveis da mesma época e tivemos que procurar estabelecer entrevistas com alunos que desistiram dos cursos em 1989 (4 anos depois que os da UFPR). Devido à diferença da época da desistência conduzimos as investigações dos depoimentos dos alunos das duas universidades de forma independente, não somando as frequências encontradas para categorias equivalentes. Posteriormente, no entanto, a comparação final dos resultados encontrados desta maneira, demonstrou tratar-se de um fenômeno mais geral, que não havia sido afetado pela pequena defasagem entre as datas de desistências escolhidas.

Finalmente, devemos nos referir aos recortes diferentes efetuados para os cursos pesquisados, quanto à proveniência dos alunos entrevistados. Para a UFPR, que possuía um espectro mais abrangente de cursos, optamos por percorrer todos os possíveis obtendo, pelo menos, duas entrevistas de alunos desistentes de cada um de seus 51 cursos. Com exceção de dois cursos de baixíssima evasão (arquitetura e odontologia), para os quais não conseguimos localizar nenhum desistente, para os demais obtivemos as entrevistas desejadas totalizando 145 depoimentos. Para a PUC-PR, que representava algumas distorções de evasão excessiva em certos cursos, conforme ficou patente nas análises numéricas iniciais, optamos por efetuar entrevistas concentradas nos referidos cursos problemáticos que eram em número de seis. O total de depoimentos conseguido foi, mesmo assim, considerável, chegando a 93.

Os cursos, em questão, da PUC-PR, são os seguintes:

C cursos	Evasão média (%)
Desenho Industrial	51.0
Engenharia Civil	31.0
Arquitetura e Urbanismo	32.0
Ciência da Computação	36.0
Química Industrial	55.0
Biologia	50.0

Para os alunos desistentes, devido à pretensão de abranger um número suficientemente grande de depoimentos de forma a possibilitar alguma análise estatística posterior, optamos (após realizar três experiências-piloto de contatos pessoais com gravador), por efetuar entrevistas por telefone. O método mostrou-se muito mais eficiente não só devido à diferença enorme de tempo dispendido em cada tipo de entrevistas mas, também, porque, por telefone, as pessoas dispunham-se a conceder a entrevista que seria evitada ou postergada caso tivesse que ser realizada pessoalmente.

As entrevistas telefônicas foram realizadas sem um questionário definido pois consistiam, basicamente, em perguntar quais foram as causas que levaram o depoente a desistir do curso superior. Segundo a história ia sendo desenvolvida, outras perguntas pertinentes eram colocadas.

Resta-se ainda comentar, nesta introdução, qual foi o critério que utilizamos para calcular os níveis de evasão de cada curso, em cada universidade, no período considerado. Foi utilizado, para tal finalidade, o conceito de rendimento dos cursos, calculado como sendo a razão entre as graduações e as vagas ofertadas. A evasão, então, seria a diferença entre a produtividade plena (100%) e aquela realmente obtida.

Por exemplo, um curso que oferece 100 vagas, durante 10 anos, e, somando as graduações no período, obtemos 750 formados, indica um rendimento médio de 75% e, portanto, uma evasão média de 25%.

Tal critério supõe que todas as vagas são preenchidas no início dos cursos, o que realmente ocorre, visto que o exame vestibular nas duas instituições pesquisadas não é

eliminatório e sim classificatório. A possibilidade de aproveitar segundas opções dos candidatos, possibilita o preenchimento total das vagas oferecidas. As conseqüências de tal mecanismo serão comentadas posteriormente.

A maior vantagem de utilizar o critério de produtividade dos cursos, estimando a evasão média de um período de tempo razoável, é a de ficarem eliminadas as distorções provocadas por trancamentos de matrículas que nunca se realizam, transferência de, e para, outras instituições, reprovações temporárias que se convertem em graduação em outro exercício e demais acidentes específicos a determinados exercícios que ficam diluídos nos valores dos outros nove anos considerados. O cuidado que deve ser tomado em tal tipo de análise é o de comparar, sempre, as vagas ofertadas no ano de entrada dos alunos na universidade com as graduações ocorridas no ano mais provável de sua formatura, para evitar erros grosseiros quando ocorrem mudanças no número de vagas ofertadas.

A outra variável numérica considerada importante para a compreensão do fenômeno da evasão foi a que representa o interesse dos candidatos em relação aos diversos cursos, isto é, a relação entre o número de inscritos para cada vaga oferecida (relação I/V), nos exames vestibulares.

Como, para um mesmo universo de pretendentes a determinado curso, em determinada ocasião, a relação I/V varia de acordo com o número de vagas disponíveis, para poder tornar os dados de um curso comparáveis com os de outro e os de um ano em que foram abertas 100 vagas comparável com os outros anos em que as vagas eram apenas 80, embora seja o mesmo curso, tivemos que tornar os valores das relações I/V referidas a uma mesma base comum a todos os cursos e em todos os anos. Escolhemos o valor 60 (vagas) por ser o mais freqüente nos diversos cursos pesquisados.

Assim como os valores de rendimento e de evasão foram calculados e expressos numa base percentual comum, o que possibilitou sua comparação entre cursos e entre as duas universidades, da mesma forma a referência das relações I/V a uma mesma base, permitiu, não só as comparações entre cursos diferentes, mas, o que é mais importante, possibilitou a verificação da existência de correlação entre o rendimento (evasão) dos cursos e sua procura nos exames vestibulares (expressa pela referida relação I/V com seus valores devidamente equalizados).

Tendo esclarecido todas as condições determinantes da investigação realizada, podemos passar, agora, à apresentação dos resultados obtidos.

II. Resultados Numéricos da Evasão

1. Valores médios da evasão nas duas universidades

Os valores médios finais de produtividade e evasão para o período de dez anos (1980-1989) e para todos os cursos de cada universidade foram, respectivamente, os seguintes:

PUC-PR: Produtividade = 13.518 graduados/20.430 vagas = 66,16% ~ 66%
Evasão = 100 – produtividade = 100 – 66,16% = 33,84% ~ 34%

UFPR: Produtividade = 19.456 graduados/30.190 vagas = 64,45% ~ 65%
Evasão = 100 – produtividade = 100 – 64,45% = 35,55% ~ 35%

É surpreendente a proximidade dos valores médios finais obtidos para as duas universidades, principalmente tendo em vista a diferença da estrutura de cursos e a distribuição das médias de evasão para cursos equivalentes nas duas instituições, que apresentam diferenças notáveis.

Os resultados da evasão média do período, para cada curso, foram, respectivamente, os seguintes, em cada universidade, ordenados por valores crescentes de evasão percentual:

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Curso	Evasão	Curso	Evasão (%)	Curso	Evasão (%)
Arquitetura e Urbanismo	-1	Geologia	32	Geografia – Diurno	55
Medicina	1	Turismo - Noturno	33	Engenharia Cartográfica	57
Odontologia	1	Educação Física	35	Turismo – Diurno	57
Medicina Veterinária	11	Enfermagem	35	Ciências Econômicas – Noturno	62
Engenharia Agrônoma	15	Pedagogia – Noturno	35	Educação Artística	64
Ciências Contábeis	15	Processamento de Dados	42	Letras/Português - Noturno	64
Direito	16	Administração – Diurno	43	Geografia – Noturno	65
Engenharia Civil	17	Ciências Biológicas	44	Filosofia – Diurno	69
Psicologia	20	História	44	Letras/Inglês – Noturno	73
Engenharia Mecânica	22	Letras – Diurno	45	Ciências – Licenciatura 1º grau	77
Nutrição	22	Comunicação Visual	45	Matemática – Diurno	77
Engenharia Florestal	23	Ciências Sociais	46	Estatística – Diurno	77
Farmácia	24	Desenho Industrial	47	Química – Licenciatura	78
Engenharia Elétrica	25	Ciências Econômicas – Diurno	64	Física – Diurno	82
Comunicação Social	26	Estudos Sociais	51	Matemática – Noturno	82
Engenharia Química	26	Biblioteconomia	52	Estatística – Noturno	87
Pedagogia – Diurno	30	Administração - Noturno	53	Física – Noturno	90

PUC-PR – Pontifícia Universidade Católica - Paraná

Curso	Evasão
Medicina	0
Odontologia	13
Direito	19
Pedagogia	20
Fono-Audiologia	23
Comunicação Social	24
Fisioterapia	24
Psicologia	25
Educação Física	26
Enfermagem	28
Serviço Social	30
Engenharia Civil	31
Arquitetura	32
Ciência da Computação	36
Letras – Português	40
Química	40
Filosofia	42
Dança	46
Secretariado Executivo	48
Biologia	50
Ciências Sociais	51
Desenho Industrial	51
Letras – Inglês	52
Química Industrial	55
Artes Cênicas	58
Matemática	67

2. Correlação entre produtividade/evasão e procura dos cursos (I/V)

A análise da correlação existente as duas variáveis estudadas (produtividade ou evasão e relação I/V) levou-nos a efetuar cálculos de regressão curvilínea para uma curva tipo $y = a + b \log x$, onde as variáveis respectivas seriam: y para a produtividade (evasão) e x para a procura dos cursos no vestibular, representada pela relação de inscritos por vaga. Os resultados obtidos a partir dos dados empíricos coletados de tratados conforme foi explicado em item anterior, forneceram as equações das seguintes curvas logarítmicas, correspondentemente para cada instituição.

	UFPR	PUC-PR
Produtividade em função da procura	$y = 32,07 + 42,20 \log x$	$y = 51,82 + 20,83 \log x$
Evasão em função da procura	$y = 67,93 - 42,20 \log x$	$Y = 48,18 - 20,83 \log x$
Índice de correlação	0,85378 ~ 0,85	0,52982 ~ 0,53
Índice de determinação	0,72894 ~ 0,73	0,28071 ~ 0,28

Os resultados acima mostram que na UFPR existe uma forte correlação entre as variáveis pesquisadas e que 73 das variações que ocorrem na produtividade ou na evasão dos cursos são determinados por variações na procura dos cursos por ocasião do vestibular¹.

A influência da preferência e a conseqüente obtenção de melhor rendimento nos cursos mais procurados deixa de ser apenas intuída e pode ser expressa matematicamente servindo de instrumento de análise geral do fenômeno em estudo, como veremos oportunamente.

Para a outra universidade (PUC-PR), no entanto, obtivemos uma correlação média (0,53) e uma determinação fraca (0,28). Tal fato significa que existem outros fatores atuando na determinação do rendimento final dos cursos que são mais significativos que a influência da procura inicial dos mesmos por ocasião do vestibular.

A representação gráfica das curvas de produtividade em função da procura para as duas universidade demonstra que existe um ponto em torno do valor de 8 (inscritos por vaga)

¹ Ezequiel & Fox, 1965: 133.

no qual as duas curvas coincidem. Para valores de procura inferiores, os cursos da PUC-PR apresentam rendimento superior aos da UFPR enquanto que para cursos de procura superior a 8 são os cursos UFPR que apresentam maior produtividade. Tal fato pode ser percebido na tabela comparativa de evasão média dos cursos das duas instituições, anteriormente elaborada.

A conclusão a que chegamos foi que na UFPR os fatores determinantes do rendimento dos cursos seguem “naturalmente” os condicionantes sociais que determinam a maior ou menor procura. Embora tal correspondência não seja linear ela pode ser bem determinada e expressa, matematicamente, por uma equação de tipo logarítmico. Na PUC-PR, no entanto, existe uma intervenção direta da instituição para melhorar a produtividade dos cursos. Os mecanismos desenvolvidos para tal finalidade conseguem melhores resultados nos cursos de baixa procura do que naqueles de maior prestígio. Como a PUC-PR é uma instituição privada, cujos cursos são pagos, e concorre diretamente com a UFPR que é pública e gratuita, existe uma grande diferença entre os valores de I/V para cursos correspondentes nas duas instituições. A título ilustrativo daremos a seguir um quadro comparativo, das relações I/V dos nove primeiros cursos por ordem decrescentes, para as duas universidades, seguindo a seqüência da UFPR.

Curso	UFPR	PUC-PR
Medicina	41,35	25,98
Processamento de Dados	21,62	9,45
Odontologia	21,45	16,47
Engenharia Civil	21,33	14,34
Direito – Diurno	17,49	10,94
Comunicação Social	11,57	4,77
Psicologia	10,85	5,80
Arquitetura	10,38	5,60
Educação Física	6,22	4,05

O comportamento geral da diferença de procura dos cursos nas duas instituições pode ser melhor visualizada quando comparamos as faixas correspondentes de relação I/V para os mesmos intervalos de evasão, como segue:

Classe de evasão	I/V na UFPR	I/V na PUC-PR
Baixa (00 a 25%)	42 a 10	26 a 4,6
Média (26 a 44%)	9,9 a 4	4,5 a 2,6
Alta (45 a 90%)	3,9 a 0,5	2,5 a 0,5

Pode-se notar que para cursos de evasão baixa ou média, a procura na UFPR é praticamente o dobro daquela da PUC-PR. Somente para os cursos de alta evasão é que os valores da procura tornam-se mais próximos.

A situação altamente desvantajosa da instituição privada, desde o momento da seleção dos candidatos, que separa os mais preparados para a instituição pública, aliada à necessidade de retenção do maior número possível de alunos matriculados para viabilizar economicamente a manutenção dos cursos, explica o surgimento de intervenções capazes de melhorar, onde possível, a produtividade dos cursos. Tais medidas variam desde a preocupação em melhorar o desempenho de alunos com dificuldades acadêmicas mediante aulas extras de reforço, à adequação do número de vagas ofertadas segundo a demanda do mercado (oferecendo uma ou duas turmas para cursos) e, ainda, com o fechamento de cursos deficitários e abertura de novos cursos, inéditos na região, para os quais pode existir uma demanda potencial. Permeando todas estas intervenções administrativas existe ainda uma pressão sutil e implícita que é exercida sobre o corpo docente no sentido de facilitar as aprovações dos alunos.

Como podemos depreender das considerações acima, o estudo de correlação entre produtividade e procura dos cursos transformou-se num instrumento de análise que nos permitiu compreender melhor o funcionamento global da evasão nas duas universidades pesquisadas e a relação entre elas para os cursos em que se equívalem e nos quais são concorrentes diretas na disputa dos candidatos interessados.

Falta, ainda, comentar as diferenças de produtividade encontradas entre os cursos diurnos e noturnos da UFPR. É o que faremos a seguir.

3. Cursos diurnos e noturnos

Quando efetuamos a pesquisa de correlação entre produtividade e procura dos cursos, como foi descrito acima, iniciamos por representar a função procurada num sistema de coordenadas cartesianas nas quais a abscissa (x) representava a relação I/V e a ordenada (y) a produtividade. Passamos então a representar por um ponto no gráfico, cada um dos pares de valores (x e y) que correspondiam a cada curso da UFPR. Uma vez plotados os 51 cursos disponíveis, logo chamou-nos a atenção o fato de que os pontos que representavam os cursos noturnos não se agrupavam em torno de curva que podia ser facilmente percebida como sendo configurada pelos demais cursos diurnos. Assim sendo, optamos por eliminar tais cursos de nossa análise de regressão, visto que, para os mesmos, ocorria um fenômeno de natureza diferente que merecia estudo específico.

Embora não tenha sido possível efetuar o estudo de correlação correspondente apenas aos cursos noturnos, devido a seu pequeno número, pois apenas pudemos contar com 8 cursos (o curso de turismo-noturno somente foi ofertado durante dois anos e fechado em seguida), o que nos pareceu mais indicado foi comparar graficamente as modalidades diurno-noturno dos oito cursos disponíveis. A representação dos pares de pontos correspondentes, no mesmo sistema de eixos cartesianos acima referido, demonstrou a existência de uma tendência constante a todos os cursos que indica um aumento da relação de procura (I/V) para as modalidades noturnas e uma correspondente diminuição em sua produtividade.

Entretanto, a análise mais profunda dos dados históricos disponíveis em nossas tabelas de cálculo de evasão, para o período de dez anos considerado, estudando como se processaram as aberturas dos cursos noturnos a partir da existência prévia dos diurnos, demonstrou que ocorreram várias inadequações no que se refere à oferta excessiva de vagas noturnas para cursos que já contavam com procura insuficiente em sua modalidade diurna. Outros cursos em que a oferta de vagas noturnas foi mais condizente com a demanda real do mercado teve sua produtividade geral (diurno + noturno) melhorada em relação à anterior (só diurno).

Como a PUC-PR não possuía pares de cursos nas modalidades diurno-noturno, a não ser o curso de Direito (no qual eram permitidas transferências do curso diurno para o noturno aumentando, assim, de forma artificial, a produtividade da modalidade noturna), não pudemos

efetuar o mesmo tipo de comparação. Os demais cursos da PUC eram ministrados apenas num período, seja diurno ou noturno.

Sem poder repetir, no espaço, limitado deste artigo, toda a análise histórica que efetuamos das oscilações nas vagas ofertadas nos cursos que passaram a existir nas duas modalidades e os efeitos destas oscilações na produtividade dos cursos correspondentes, passamos a relacionar as conclusões a que chegamos em nosso estudo, ressaltando que tais conclusões não pretendem ser gerais e sim apenas específicas à universidade estudada e no período histórico considerado.

1. Os cursos noturnos da UFPR apresentam procura maior que os seus equivalentes de período diurno e rendimento mais baixo.

2. A relação entre a diminuição do rendimento e o aumento da procura (derivada da reta que une os pontos das modalidades diurno-noturno de cada curso) comporta-se de forma aproximadamente constante quando consideramos situações comparáveis de número de vagas nas duas versões do curso. Esta relação é representada pela inclinação do segmento de reta que une cada par de pontos, que é da ordem de 10 graus.

3. Cursos diurnos que apresentam rendimento igual ou maior que 50% se tiverem suas vagas divididas em dois períodos, sem aumentar exageradamente o total das vagas ofertado, conseguirão uma melhoria global de produtividade. Estes cursos apresentam, também, procura superior a 3 candidatos por vaga (para base 60 vagas) em sua versão diurna original.

4. Cursos diurnos que apresentam rendimento inferior a 40% e procura inferior a 2 candidatos por vaga (para base 60 vagas), não conseguirão melhoria no rendimento global do curso com a criação de alternativas noturnas com número total de vagas maior que a oferta original diurna. A diminuição das vagas diurnas sem sua eliminação total, acompanhada da abertura de um número comparável de vagas noturnas, poderá melhorar a produtividade global de cursos que estão em tal situação.

As conclusões acima levam a questionar a validade de empenho indiscriminado de abertura de cursos superior noturnos com números excessivos de vagas, em universidades públicas, quando a demanda do curso diurno já demonstrava a inexistência de clientela que justificasse o esforço social necessário a sua manutenção. Alguns dos casos que analisamos

mostraram a abertura de vagas excessivas que redundaram em situações mais desastrosas que as originais, com o curso só diurno.

A diminuição relativa do rendimento dos cursos noturnos com relação aos diurnos correspondentes, no entanto, não invalida a existência dos mesmos quando a procura da população é significativa. As dificuldades enfrentadas por aqueles que devem trabalhar e estudar são suficientes para explicar a diferença na produtividade, isto sem falar da formação básica dos alunos que é, via de regra, inferior aos que podem estudar sem trabalhar. O ganho total obtido com os que conseguem concluir sua formação superior em tais condições é mais do que compensador e o percentual maior de fracasso, como pudemos comprovar, não é assustador.

O fato constatado de melhoria global da produtividade nos casos em que a distribuição de vagas foi efetuada de forma criteriosa (caso do curso de Administração que passou de 100 vagas diurnas para 50 diurnas e 60 noturnas e o de Pedagogia que passou de 150 vagas diurnas para 90 diurnas e 60 noturnas) recomenda a abertura das modalidades noturnas.

III. Entrevistas com os Alunos Desistentes

1. Depoimentos de alunos desistentes da UFPR

Nos caso dos alunos desistentes, as respostas obtidas em cada depoimento apresentaram razões múltiplas para justificar os motivos de abandono do respectivo curso superior. Por esta razão, a soma total das freqüências tabuladas, será superior ao número de depoentes.

A análise dos depoimentos das 145 entrevistas realizadas com ex-alunos da UFPR, ou com seus familiares diretos (apenas nos casos em que a causa de desistência era simples e inquestionável como, por exemplo, mudança para outra cidade), produziu a caracterização de um número reduzido de motivos declarados como sendo os responsáveis pela decisão de abandono dos cursos superiores. Uma vez identificadas as causas recorrentes, foi possível proceder à contagem da freqüência de ocorrência de cada uma. O resultado de tal contagem será representado no quadro seguinte:

Causas declaradas de evasão	Freqüência
Impossibilidade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo	37
Pouco envolvimento com o curso gratuito	29
Simultaneidade de dois cursos superiores e opção pelo outro	27
Vocação errada ou informações prévias insuficientes	26
Greve prolongada de professores e desestímulo para prosseguir	21
Decepção com o curso e crítica às deficiências do mesmo	20
Casamento e novas obrigações sociais	20
Imaturidade – entrou muito jovem na universidade	12
Dificuldades acadêmicas e rigidez excessiva dos professores	11
Aceitação provisória da segunda opção e sucesso em nova tentativa	11
Falta perspectiva no exercício da profissão	7
Oportunidade de emprego, irrecusável	5
Acidentes imprevisíveis ou doenças	5
Mudança de cursos para ascensão profissional em emprego público	4
Atração por oportunidade de cursos fora do país	3
Mudanças de cidade por parte da família	1

No quadro acima, podemos perceber que as 12 primeiras causas declaradas de abandono, são responsáveis por praticamente 95% de todas as ocorrências tabuladas. A freqüência acumulada até a décima segunda é de 266, sobre um total de 239. As demais 4 causas, que foram denominadas como acidentais devido a que sua ocorrência é fortuita, representa, apenas, 5% total, pois somam 13 casos.

Vemos, portanto, que o espectro de situações que, alegadamente, são causadoras de abandono dos cursos da UFPR pode ser reduzido a, praticamente, 12 causas importantes cuja freqüência de ocorrência decrescente pode indicar sua maior ou menor relevância.

A primeira causa, que está diretamente relacionada com a necessidade de trabalhar durante o curso, foi motivo de uma análise crítica mais profunda que será comentada adiante.

A segunda categoria de respostas refere-se a pouco envolvimento com o curso e se aplica, basicamente, a desistentes da Federal onde o curso é gratuito. O pouco envolvimento

está em geral associado quer à escolha de opções mais fáceis, para tentar transferência posterior para o curso desejado, quer a casos de alunos que estão tentando obter um segundo diploma ou, ainda, a situações de tentativas pouco convictas de cursar, para obter uma eventual vantagem em emprego público ou como simples diletantismo para aumentar o saber.

As demais categorias são auto-explicativas e dispensam maiores esclarecimentos.

Antes de comentar as categorias referidas, de forma mais profunda, vejamos, primeiro, quais foram as categorias encontradas na PUC-PR.

2. Depoimentos de alunos desistentes da PUC-PR

Submetendo as entrevistas realizadas com os alunos desistentes dos cursos da PUC-PR, ao mesmo tratamento aplicado aos depoimentos dos alunos da UFPR, obtivemos as justificativas de evasão, abaixo relacionadas:

Causas declaradas de evasão	Frequência
Custo alto do curso – dificuldades financeiras	33
Decepção com o curso e crítica à universidade	20
Dificuldades acadêmicas e rigidez excessiva dos professores	17
Impossibilidade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo	16
Vocação errada ou informações prévias insuficientes	13
Prestou novo concurso na UFPR para o mesmo curso e passou	13
Simultaneidade de dois cursos superiores e opção pelo outro	9
Oportunidade de emprego, irrecusável	7
Casamento e novas obrigações sociais	6
Imaturidade – entrou muito jovem na universidade	5
Falta de perspectivas no exercício da profissão	5
Causas declaradas de evasão (acidentais)	Frequência
Acidentes imprevisíveis ou doenças	2
Adequação à função em emprego público	2
Transferência para faculdade no Estado de origem	1
Oportunidade de viagem a trabalho	1

Também, neste caso, as 12 primeiras categorias são responsáveis por 96% das ocorrências tabuladas. As frequências acumuladas até a categoria de número 12, somam 159 das 166 totais. As demais cinco causas, totalizam apenas 7 casos, isto é, aproximadamente 4% do total.

Além de efetuarmos a comparação dos resultados encontrados nas duas universidades, devemos lembrar que o número de entrevistas na PUC-PR foi inferior (93) ao da UFPR (145). Portanto, as frequências são inferiores.

3. Comparação entre as duas universidades.

A comparação dos resultados globais obtidos mediante as tabulações finais efetuadas para as duas universidades pode fornecer indicações bem claras sobre o que é comum e o que é específico a cada uma delas.

Para facilitar a visualização conjunta do comportamento das categorias encontradas para as justificativas de abandono dos cursos, é conveniente agrupá-las no quadro, comum às duas universidades, seguinte:

Quadro Comparativo das Categorias de Evasão para as duas Universidades		
Causa Declarada de Evasão	Frequência (UFPR)	Frequência (PUC-PR)
Impossibilidade de trabalhar e estudar	37 (15,5%)	16 (9,6%)
Simultaneidade de 2 cursos e escolha de outro	27 (11,3%)	9 (5,4%)
Vocação errada – Informações insuficientes	26 (10,9%)	15 (9,0%)
Decepção com o curso – críticas	20 (8,4%)	20 (12%)
Casamento – novas obrigações sociais	20 (8,4%)	6 (3,6%)
Imaturidade – entrou muito jovem	12 (5,0%)	5 (3,0%)
Dificuldades acadêmicas – rigidez do professor	11 (4,6%)	17 (10,2%)
Falta de perspectivas profissionais	7 (2,9%)	5 (3,0%)
Oportunidade de emprego, irrecusável	5 (2,1%)	7 (4,2%)
Causas fortuitas ou acidentais	13 (5,4%)	7 (4,2%)
Causas de evasão exclusiva da UFPR		
Pouco envolvimento com o curso gratuito	29 (12,1%)	---
Greve prolongada dos professores	21 (8,8%)	---
Causas de evasão exclusivas da PUC-PR		
Custo alto do curso – dificuldade financeira	---	33 (19,9%)
Prestar concurso na UFPR no mesmo curso	---	13 (7,8%)
Totais Gerais	239 (100,0%)	166 (100,0%)

No quadro conjunto, acima, fica mais claro que, das 12 categorias principais de cada universidade, 10 delas são comuns às duas instituições e somente duas lhes são específicas. Devido a sua alta incidência percentual, as causas específicas a cada universidade merecem uma atenção adicional à que seria, de qualquer modo, dedicada, por seu caráter exclusivo.

A primeira categoria exclusiva da UFPR, refere-se ao pouco envolvimento de alguns alunos com o curso em que se matricularam, devido à gratuidade dos cursos na instituição federal. Todas as situações envolvidas dentro desta categoria não apareceram na PUC-PR devido à obrigatoriedade de pagamento de seus cursos. Assim, as pessoas que pretendem aumentar seus conhecimentos, sendo já formados, ou frequentando outro curso mais condizente com sua primeira opção, ou, ainda, aqueles que se inscrevem em cursos de baixa procura na esperança de conseguir, futuramente, uma transferência por reocupação para cursos de maior prestígio, e, finalmente, os que tentam, sem muito preparo nem convicção, obter uma formação superior para melhorar sua posição em cargo público, todos estes casos, convergem para os cursos da UFPR devido à inexistência de investimento econômico direto envolvido. Tal fato não significa que pessoas realmente motivadas não procurem os cursos das duas instituições para complementarem seus conhecimentos em outras especialidades ou, mesmo, para obterem simplesmente um diploma de terceiro grau sem grande convicção de exercer a profissão correspondente. As situações englobadas na categoria em questão, são apenas as que denotam pouco envolvimento e motivação com o curso ou com a formação superior que somente foi iniciada porque não apresentava maiores riscos ou investimentos financeiros.

A segunda categoria que apareceu de forma exclusiva nos depoimentos de alunos da UFPR é a que se refere à “greve prolongada dos professores” que, na PUC-PR, não apareceu. Embora os professores da Católica também tenham feito greves para reivindicar aumentos salariais, por ser uma instituição privada, os conflitos são resolvidos em prazos mais curtos. As greves da Federal, são de âmbito nacional e de solução mais lenta, provocando o desestímulo dos alunos (principalmente os dos primeiros anos) que se encaminham para atividades de trabalho ou para outros cursos noturnos de IES particulares, onde encontram maior segurança de continuidade e perspectivas claras do tempo de duração do curso.

As duas categorias exclusivas da PUC referem-se, respectivamente, a:

- Dificuldades financeiras dos alunos com o custo alto dos cursos;

- Transferência para a UFPR em cursos equivalentes gratuitos:

Ambas são, claramente, específicas à Católica. A primeira, porque os cursos da Federal não são pagos. Isto elimina, de imediato, a possibilidade de seu aparecimento na UFPR. A segunda, reflete a ocorrência de um fluxo de alunos que se transferem da PUC para a UFPR, por dois motivos principais: a gratuidade dos cursos da Federal e o conceito, relativamente melhor, de que gozam alguns de seus cursos, com relação aos correspondentes da Católica. As duas causas, simultaneamente, definem o sentido unidirecional do fluxo de transferências e a pouca probabilidade de aparecer a categoria simétrica no sentido da Federal para a Católica.

Com exceção do fator de evasão ligado à greve prolongada dos professores da Federal, podemos dizer que os três outros fatores exclusivos estão relacionados com a gratuidade ou não do ensino superior e com as questões econômicas que lhe são inerentes.

Tendo considerado as especificidades, podemos concluir que as mesmas categorias de causas declaradas de evasão ocorreram nas duas universidades e que estas causas podem ser agrupadas em apenas 10 grandes temas, quais sejam:

1. Dificuldades financeiras que, ou exigem o trabalho simultâneo ao estudo de terceiro grau, ou impedem a permanência dos alunos em cursos pagos de melhor qualidade.

2. O temor de não conseguir uma vaga no ensino superior, devido à existência da barreira do vestibular, provoca a matrícula simultânea de alunos bem preparados em mais de uma faculdade e, após a definição por apenas um curso, a inutilização de uma das vagas ocupadas.

3. A precipitação em entrar na faculdade, aliada à deficiência de informações prévias a respeito do conteúdo dos cursos e da prática profissional correspondente a cada um deles, provoca a matrícula dos alunos em cursos inadequados a suas aspirações ou vocações pessoais.

4. A qualidade dos cursos ministrados é incompatível com a idealização prévia dos alunos a para isso concorrem: as atitudes pouco responsáveis de alguns professores no cumprimento de horários, assiduidade e forma de transmissão de conteúdos, bem como, diversas disfunções organizacionais ligadas a horários dos cursos (só para a UFPR), impossibilidade de cursar dependências pagas (só para a PUC-PR) e conteúdo geral das

matérias. As greves prolongadas dos professores da UFPR pioram esta situação de desencanto e de insegurança.

5. A idade predominante dos alunos de terceiro grau coincide com o fim da adolescência e início da fase adulta. Nesta transição é comum a ocorrência de situações de envolvimento afetivos que redundam em casamentos não planejados. Em muitos casos, o casamento interrompe definitivamente a formação superior, especialmente para as mulheres.

6. É comum a entrada de alunos no terceiro grau com idades entre 15 e 18 anos. Estes alunos não possuem, em geral, conhecimento ou maturidade suficientes para poderem discernir, claramente, qual seria sua formação ideal. A escolha errada do curso só é constatada mais tarde com o fluxo de conhecimentos adquiridos na própria vida universitária, redundando em desistências ou novas tentativas em cursos mais adequados à vocação real.

7. A má preparação do segundo grau, que não é especificamente detectada pelo exame vestibular, por ser apenas classificatório e não eliminatório, provoca dificuldades, às vezes insuperáveis, para o acompanhamento acadêmico dos cursos por parte dos alunos. Estas dificuldades concentram-se, quase sempre, nas disciplinas dos primeiros anos. O acúmulo de dependências desestimula os alunos a prosseguirem.

8. Devido à dificuldade de conseguir vagas nos cursos de maior procura, alguns alunos conformam-se, provisoriamente, em freqüentar os cursos de segunda ou terceira opção. Após terem assegurado, desta maneira, sua formação superior, tentam novamente, com mais calma e mais experiência, um novo vestibular no curso de sua preferência e, obtendo sucesso, abandonam o “curso tampão”.

9. O conhecimento das condições precárias de remuneração dos profissionais ligados ao magistério, bem como, as dificuldades de colocação profissional, mesmo para as profissões tradicionalmente mais prestigiadas, quando comparadas com o esforço e investimento ainda necessários para concluir a formação superior e com o sucesso econômico rapidamente alcançado por pessoas sem dita formação, leva os alunos a optarem por interromper o curso e começar a trabalhar em outra área que apresenta maiores perspectivas de ganho, sem tanto esforço.

10. O aparecimento de oportunidades de emprego que oferecem segurança de permanência e de remuneração (concursos em: Bancos Estaduais, CEF, Banco do Brasil,

Fiscal de Rendas, etc.), que deixaram de ser garantidas pela obtenção de um diploma de terceiro grau, cria situações de opção que, via de regra, levam à desistência da formação superior quando a mesma inviabiliza o aproveitamento da oportunidade.

Os dez temas gerais acima expostos, abrangem a totalidade das situações relevantes que devem ser estudadas à procura de soluções para o problema da baixa produtividade nas universidades investigadas.

4. Abandono definitivo ou conclusão alternativa da formação superior

A visão completa do fenômeno da evasão que pudemos adquirir mediante as análises até aqui efetuadas, conduziu nossa reflexão para a definição de duas situações gerais diferentes.

A primeira é a que se caracteriza pelo abandono de um curso superior para concluir a formação num outro curso, na mesma, ou em alguma instituição diferente da original.

A segunda, corresponde ao abandono, não só do curso, mas da formação superior, de forma definitiva.

As informações que obtivemos através das entrevistas com os alunos desistentes, nos permitiram conhecer a situação final, até o momento da entrevista, de cada caso. Os recortes temporais afastados que escolhemos para nossa investigação, permitem contemplar a condição de definição no encaminhamento da vida de cada um.

As situações encontradas configuraram as seguintes modalidades:

- Não formado – abandono definitivo;
- Formado em outro curso na mesma instituição;
- Formado na outra universidade local (UFPR ou PCU-PR);
- Formado em outras IES;
- Formado antes de ingressar no curso abandonado.

Os resultados obtidos estão representados nas tabulações seguintes:

Situação final dos desistentes dos cursos da UFPR						
Faixa evasão	Não form.	Form. PUC	Outras	Form. UFPR	Já form.	Total
0 a 25%	8	7	11	5	2	33
26 a 45%	19	5	8	2	2	36
46 a 65%	11	4	6	4	5	30
66 a 90%	13	5	17	2	6	43
Totais	51 (36%)	21 (15%)	42 (30%)	13 (9%)	15	142 (100%)
Situação final dos desistentes da PUC-PR						
26 a 45%	13	10	11	7	2	46
46 a 65%	21	9	14	5	0	46
Totais	34 (37%)	19 (21%)	25 (27%)	12 (13%)	2 (2%)	92 (100%)

Os resultados das duas tabulações acima são muito próximos no que diz respeito ao percentual de abandonos definitivos (36 a 37%), o que é mais surpreendente devido à diferença de abrangência nas duas amostragens.

Tal resultado indica que 64% dos alunos entrevistados, da UFPR, concluíram sua formação superior em alguma das modalidades definidas (30% em outras IES, 15% na PUC-PR, 9% em outro curso da própria UFPR e 10% já possuíam formação prévia).

Se o índice de 64% de reaproveitamento, obtido em nossa amostra, puder ser estendido a todos os alunos desistentes do período estudado, isto significará que apenas 12,8% de todos os alunos que entraram nos cursos da UFPR, não concluíram algum tipo de formação superior (36% de 35,55% de evasão média dos dez anos = 12,8%).

Os dados da PUC-PR conduzem a um resultado muito próximo, pois 37% da evasão média de 33,84% dos dez anos = 12,52% de abandono definitivo.

As diferenças dos demais resultados das duas tabulações seguem as características específicas a cada universidade, anteriormente notadas.

No entanto, em ambas universidades, vemos que a participação das outras IES particulares no reaproveitamento de seus alunos, é muito importante, chegando muito próximo à metade do total que conclui a formação fora das duas instituições principais (30% em 64% na UFPR).

IV. Considerações Finais

Desejamos, ainda, comentar alguns resultados obtidos em nossa investigação que podem ser considerados como surpreendentes e, ao mesmo tempo, paradoxais.

Em primeiro lugar, constatamos que o fenômeno da evasão nos cursos é muito maior do que a percepção geral que dela se tem. Este fato é ainda mais surpreendente, porque, mesmo na instituição privada pesquisada (PUC), onde a evasão constitui um problema crucial, por ameaçar a viabilidade econômica dos cursos, deparamo-nos com a mesma percepção diminuída de sua magnitude por parte de seus principais dirigentes.

Como pudemos verificar, a conseqüência dessa sub-avaliação aparece no desconhecimento de algumas das causas e mecanismos mais diretamente envolvidos na evasão (entrada simultânea em duas faculdades, casamento dos alunos, etc.). Os depoimentos dos dirigentes indicam o desenvolvimento de algumas representações mais ou menos recorrentes e nem sempre realmente importantes, quando procuram explicar as causas do abandono dos cursos.

A sub-avaliação e o conseqüente desinteresse pelo aprofundamento no problema produzem decisões inadequadas e contrárias à produtividade geral dos cursos. Entre tais decisões podemos citar a redução de vagas de um curso pela metade (Psicologia na PUC-PR), durante quatro anos, e nova oferta nos níveis anteriores à redução, ou a oferta excessiva de vaga em cursos noturnos da UFPR, que apresentavam baixo rendimento, mesmo na modalidade diurna que foi mantida, e demais casos anteriormente comentados.

O desconhecimento minimiza, também, o efeito desastroso da não simultaneidade dos exames vestibulares das duas universidades, permitindo as matrículas temporárias de alunos que entram em dois cursos diferentes em cada uma delas e desistem, posteriormente, de um dos cursos.

Se o fenômeno é, portanto, subestimado, no que se refere ao rendimento dos cursos de cada instituição, paradoxalmente, ele é superestimado quando entendemos por evasão o abandono definitivo da formação superior. Este é o segundo ponto surpreendente ao qual nos referimos.

Como vimos no capítulo anterior, cerca de 64% dos alunos que, aparentemente, desistiram da formação superior, por terem abandonado o curso em que estavam matriculados, concluem o terceiro grau.

Se, por um lado, este resultado é confortador, pois indica que apenas 12,8% dos alunos pesquisados que ingressaram no terceiro grau, não concluíram sua formação, por outro, a média geral de 35% de vagas não aproveitadas durante o período pesquisado (10 anos) demonstra o baixo rendimento do sistema. Em outras palavras, o fato de existirem instituições alternativas, presumivelmente mais fáceis, ou de que o sistema de exames vestibulares independentes permita a matrícula simultânea em mais de uma instituição ou, ainda, que pessoas com formação superior prévia solicitem “aproveitamento de cursos superior” em cursos de baixa procura na universidade pública e outras distorções apontadas em nossa pesquisa, tudo isto demonstra a existência de uma gama de possibilidades de matrículas pouco comprometida, que redundam no baixo aproveitamento dos recursos aplicados no ensino superior.

Sem pretender sugerir medidas draconianas para eliminar esse tipo de situações que, de uma forma ou de outra, são inevitáveis, acreditamos, no entanto, que algumas ações poderiam ser desenvolvidas para tornar mais responsável o ato de matrícula em cursos do terceiro grau.

Por outro lado, não podem ser esquecidas as falhas, apontadas por grande parte dos alunos, relativas à baixa qualidade dos cursos, à pouca assiduidade e capacidade didática dos professores, à inadequação de currículos e horários e demais problemas inerentes ao ensino ministrados. Se o sistema existente permite a mobilidade dos alunos entre IES e as matrículas de baixo comprometimento, ele, também, com suas deficiências, provoca ou induz esses comportamentos.

Trata-se, portanto, de um problema de duas faces, que só poderá ser resolvido de forma satisfatória, levando-se em consideração os aspectos de cada um dos lados.

Inicialmente, cabe às instituições de ensino superior, corrigir suas deficiências internas de modo a não se constituírem mais em fatores decepcionantes e desmotivadores para seus alunos. Num segundo momento, após haver assegurado a adequação de cada curso oferecido a padrões razoáveis de qualidade e mais de acordo com as expectativas dos interessados, passar a coibir a ocupação de vagas por alunos pouco comprometidos com o curso escolhido.

Finalmente, pudemos constatar, através de nossa pesquisa, que algumas representações foram desenvolvidas tanto pelos dirigentes das duas universidades, como por parte dos alunos desistentes, para explicar as causas da evasão.

A análise mais detalhada dos fatores envolvidos e dos próprios depoimentos demonstrou que essas representações afastam-se, em muitos casos, da realidade envolvida na decisão de abandono.

Entre as representações estudadas, a que mais foi desmentida pela análise mais profunda dos discursos dos depoentes foi a relativa às dificuldades econômicas dos alunos que, no caso da UFPR, apreciam como “necessidade de trabalhar e estudar simultaneamente” e para os alunos da PUC-PR, como o “custo exorbitante dos cursos”. Na maioria dos casos, tais justificativas encobriam dificuldades de acompanhamento dos cursos.

Esperamos que o presente trabalho possa servir de ponto de partida ou apoio a outras investigações dentro da mesma preocupação de melhor compreender o fenômeno da evasão do terceiro grau, visando, com isso, propiciar a melhoria da produtividade de nosso ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEN-DAVID, J. *O papel do cientista na sociedade: um estudo comparativo*, São Paulo, EDUSP, 1974.
- _____. *Centers of learning: Britain, France, Germany and the United States*, New York, Mc Graw Hill, 1977.
- BLUME, S. S. *Elite and mass higher education: changing system for changing circumstances*, Brasília, CENDEC, s/d (1986).
- BROWN, A. R. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*, Petrópolis, Vozes, 1973.
- CUNHA, L. A. *A Universidade temporã*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.
- DEBERT, G. G. “Problemas relativos à utilização da história de vida pessoal e história oral” in *A aventura antropológica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- DURHAM, E. R. *A reconstituição da realidade*, São Paulo, Ática, 1978.
- _____. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas” in *A aventura antropológica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- _____. “A reforma da universidade” in *Revista da Universidade de São Paulo*, nº 4, São Paulo, EDUSP, março/1987.
- DURKHEIM, E. *Les règles de la méthode sociologique*, Paris, Quadrige/PUF, 1937.
- _____. *Durkheim*, nº 1, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1981.
- _____. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, Quadrige/PUF, 1985.
- EZEKIEL, M. & FOX, A. K. *Methods of correlation and regression analysis*, New York, John Willwy & Sons, Inc., 1985.
- FERNANDES, F. *Dicionário brasileiro contemporâneo*, Porto Alegre, Globo, 1965.
- FUMARC – FUNDAÇÃO MARIANA REZENDE COSTA. *As universidades católicas no momento atual*, Belo Horizonte, 1979.

- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GONÇALVES, E. L. *O Ensino Universitário e as escolas médicas no Brasil*, n° 4/91, Série Documentos de Trabalho NUPES (Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo), São Paulo, 1991.
- HOLLANDA, A. B. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, São Paulo, Civilização Brasileira, 1946.
- “UFRJ perdeu 10 mil alunos nos últimos seis anos”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18.11.1990.
- LAROUSSE. *Nouveau dictionnaire encyclopédique*, Paris Librairie Larousse, 1910.
- LE Goff, J. *Os intelectuais na Idade Média*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
- LEVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- LEVY, D. C. *Higher education and the state in Latin América: private challenge to public dominance*, Chicago, University of Chicago Press, 1986.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. “Discurso e representação ou de como os baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisa” in *A aventura antropológica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- MALINOVSKI, B. C. *Uma teoria científica da cultura*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- MARTINS, G. M. *Credencialismo, corporativismo e avaliação da universidade*, n° 6/90, Série Documentos de Trabalho NUPES (Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo), São Paulo, 1990.
- MATTOS, P. L. *Avaliação e alocação de recursos no ensino superior federal*, n° 7/90, Série Documentos de Trabalho NUPES (Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo), São Paulo, 1990.
- MAUUS, M. *Sociologia e antropologia*, vols I e II, São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Ensino superior 87/88: análise comparativa, matrícula e corpo docente*, Secretaria Geral, Secretaria de Articulação e Estudos de Planejamento, Serv. de Estado da Educação e Cultura, Brasília, 1989.

MICELI, S. *A elite eclesiástica brasileira*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEN, R. G. *A antropologia de grupos urbanos*, Petrópolis, Vozes, 1985.

PAUL, J. J. *Produtividade interna do ensino superior brasileiro*, tema discutido em 15.10.1990 por Jean Jacques Paul, no Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PERKIN, H. "The historical perspective" in *Perspectives on higher education*, Berkeley, University of California Press, 1984.

PROAC, *Registro do legado de educadores da PUC-PR*, Curitiba, Editora Universitária Champagnat (EDUCA), 1992.

PUC-PR, *Catálogo 88/89*, Curitiba, EDUCA, 1990.

PUC-PR 84/90. *PUC-PR em dados*, Curitiba, EDUCA, 1990.

RIBEIRO, S. C. *Acesso ao ensino superior: uma visão*, n° 5-89, Série Documentos de Trabalho NUPES (Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo), São Paulo, 1989.

_____. *Universidade pública: autonomia, soberania ou outros bichos*, n° 9/90, Série Documentos de Trabalho NUPES (Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo), São Paulo, 1990.

SALEM, T. "Do centro D. Vital à Universidade Católica" in *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*, Brasília, CNPq, 1982.

SCHWARTZMAN, S. *Tempos de capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

_____. *O contexto institucional e político de avaliação do ensino superior*, 3/90, Série Documentos de Trabalho NUPES (Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo), São Paulo, 1990.

. *The future of higher education*, nº 5-91, Série Documentos de Trabalho NUPES (Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo), São Paulo, 1991.

SECRETARIA ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Concurso vestibular, número de vagas, inscritos e relação I/V dos cursos de graduação ofertados pelas IES do PR no período 1986/1988* (manuscritos), 1990.

.*Relação das instituições de ensino superior do Paraná*, Curitiba, Coordenadoria do Ensino Superior, 1990.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *O Ensino superior do Paraná – 1981 – 1985*, Governo do Estado do Paraná, Departamento de Assuntos Universitários, Curitiba, 1986.

SECRETARIA ESPECIAL DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Política para expansão do ensino superior no Paraná*, Curitiba, Imprensa Oficial, 1988.

TEDESCO, J. C. *Tendencias y perspectivas en el desarrollo de la educación superior en la América Latina y el Caribe*, nº 3, Cuadernos sobre la Educación Superior, UNESCO, 1983.

TOURAINÉ, A. *Université et société aux états-unis*, Paris, Editions Du Seuil, 1972.

TURNER, V. W. *O processo ritual*, Petrópolis, Vozes, 1974.

VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*, Petrópolis, Vozes, 1978.

VELHO, G. *O desafio da cidade*, Rio de Janeiro, Campus, 1979.

WEBSTER. *The Grosset Webster Dictionary*, New York, Grosset & Dunlap Publisher, 1986.

WOLYNEC, E. *O uso de indicadores de desempenho para a avaliação institucional*, nº 10/90, Série Documentos de Trabalho NUPES (Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior Da Universidade de São Paulo), São Paulo, 1990.